



ESTADO DE MATO GROSSO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

**RESOLUÇÃO nº 33.-**

**"Dispõe sobre contrato de um advogado, para defender causa de um Vereador".-**

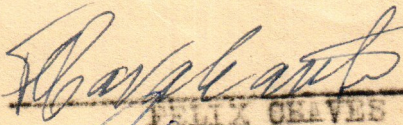
A Câmara Municipal de Ladário DECRETA e PROMULGA a seguinte Resolução:

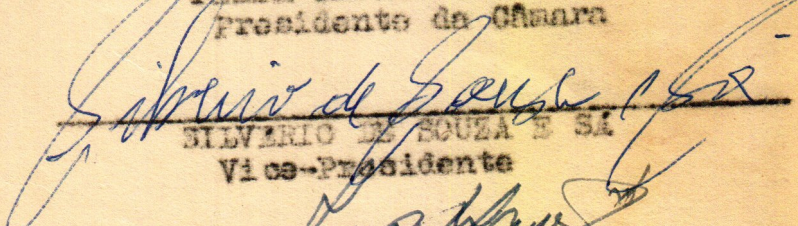
Artigo 1º. - A fim de defender a causa do Vereador JOSE JARBAS DUARTE, membro desta Câmara, integrante da representação do Partido Social Progressista, o qual se acha preso e incommunicavel no Sexto Distrito Naval, fica o Sr. Presidente desta Câmara autorizado a contratar os serviços profissionais do Dr. UBERAJARA SEBASTIÃO DE CASTRO, advogado militante no Foro de Corumbá.

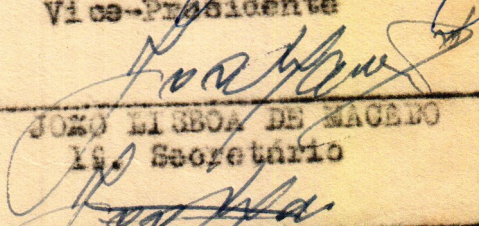
Artigo 2º. - Para ocorrer as despesas com a presente Resolução, será aberto um crédito especial, à conta do excesso de arrecadação do exercício de 1964.-

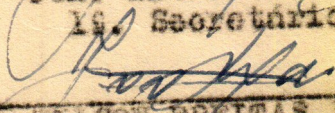
Artigo 3º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ladário, em 14 novembro de 1963.-

  
FELIX CHAVES CAVALCANTE  
Presidente da Câmara

  
SILVEIRO DE SOUZA E SÁ  
Vice-Presidente

  
JOÃO LISBOA DE MACEDO  
1º. Secretário

  
WILSON FREITAS DE MATOS  
2º. Secretário



Câmara Municipal de Ladário

1. Dada na Ordem do Dia da sessão extraordinária convocada para as 13 horas de hoje. -

2. As sessões permanentes, a fim de emitirem um parecer em conjunto, designado relator o Vereador JOAO LISBOA DE MACEDO. -





ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

- "Dispõe sobre contrato de um advogado,  
para defender causa de um Vereador".-

A Câmara Municipal de Ladário DECRETA e PROMULGA a seguinte  
Resolução:

Artigo 1º. A fim de defender a causa do Vereador JOSE JAR-  
BAS DUARTE, membro desta Câmara, integrante da representação do  
Partido Social Progressista, o qual se acha preso e incommunica-  
vel no Sexto Distrito Naval, fica o Sr. Presidente desta Câmara  
autorizado a contratar os serviços profissionais do Dr. UBIRAJA-  
RA SEBASTIAO DE CASTRO, advogado militante no Foro de Corumbá.

Artigo 2º. - Para ocorrer às despesas com a presente Reso-  
lução, será aberto um crédito especial, à conta do excesso de  
arrecadação do exercício de 1964.-

Artigo 3º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Em 14/11/1963.-

Felix Chaves Cavalcante  
Vereador.-

Presidente.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO

1 - Dada na Ordem do Dia da Sessão extraordinária convocada para as 13 horas de hoje.

2. As Comissões Permanentes, a fim de emitirem um parecer em conjunto, designado relator o Vereador João Lisboa de Macêdo.-

Em 14/11/1963.-

Presidente.-

A Câmara Municipal de Ladário, em sessão ordinária de 14/11/1963, aprovou o seguinte Parecer em conjunto:

1 - Aprovado o Parecer em conjunto.-

2 - A plenário para 1ª. discussão e votação.-

Em 14/11/1963

Presidente

1 - Aprovado em 1ª. discussão e votação.-

2 - A plenário para 2ª. discussão e votação.-

Em 14/11/1963.-

Presidente

1 - Aprovado em 2ª. discussão e votação.-

2 - A plenário para votação final.-

Em 14/11/1963.-

Presidente.-

1 - Aprovado em 3ª. votação, em regime de urgência, tendo sido convertido em Resolução nº. 33, de 14/11/1963.-

Presidente.-





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PARECER EM CONJUNTO emitido pelas Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Ladário, sobre o Projeto de Resolução que autoriza contrato de um Advogado.-

COMISSÃO DE JUSTIÇA:

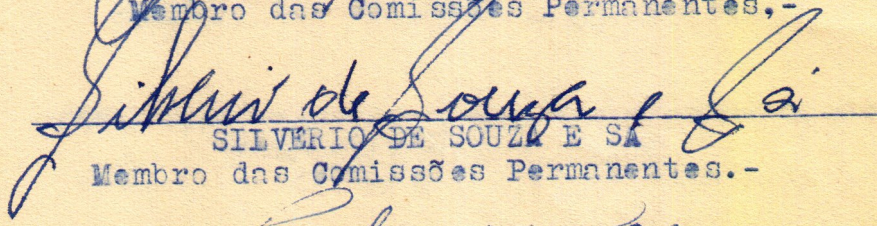
Creio que não fere nenhum preceito constitucional em esta Câmara contratar um advogado para defender a causa do Vereador José Jarbas Duarte.-

COMISSÃO DE FINANÇAS:

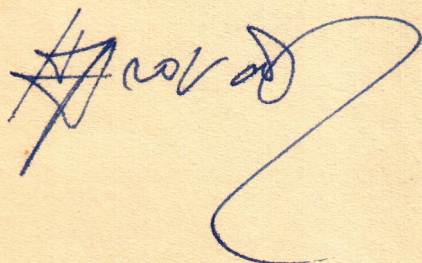
Dada a urgência da matéria, opino por sua aprovação, uma vez que as despesas correrão por conta do excesso de arrecadação de 1964, com crédito a ser aberto por Lei especial, na época oportuna.-

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1963.-

  
JOÃO LISBOA DE MACEDO  
Relator da Matéria.  
Membro das Comissões Permanentes.-

  
SILVÉRIO DE SOUZA E SÁ  
Membro das Comissões Permanentes.-

  
Paulo Duarte.

  
Acarado





ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PARECER EM CONJUNTO, emitido pelas Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Ladário, sobre o Projeto de Lei que aprova contrato, para elaboração dos Códigos Tributário e de Obras do Município.-

Ref.- Ofício nº. 110/63, de 18/10/1963, da Prefeitura Municipal.-

1 - O contrato apresentado pela Sociedade Civil de Contabilidade Administrativa contém sete (7) itens, que são: a) REFORMA TRIBUTÁRIA; b) CÓDIGO DE OBRAS; c) CONTABILIDADE GERAL; d) CUSTO DO SERVIÇO; e) FORMA DE PAGAMENTO; f) FUNCIONÁRIOS; e g) ÚNICO.-

2 - Examinando o item "Reforma Tributária", verifiquei o compromisso que faz a Sociedade Administrativa em reformular a legislação fiscal e tributária, dando à arrecadação uma nova estrutura. Sobre os impostos de licença, propõe a uniformidade dos tributos, baseado no salário-mínimo vigente, alterando-se todo o processo do valor das licenças toda vez que ocorrer alteração no salário-mínimo. O mesmo critério será adotado na questão dos impostos, tanto territorial, predial, urbano e suburbano, norteando-se o valor dos mesmos à proporção da qualidade do solo e do prédio.-

Em outros termos: A reforma tributária tem como qualidade principal a valorização dos tributos e dos impostos, de acordo com o valor da coisa tributada, isto é, a previsão do valor real vigente de cada tipo, condições, classe, qualidade e localização dos terrenos, prédios, casas de negócio, etc.etc., estruturando com justiça a cobrança respectiva.

3 - Com a adoção da presente reforma, forçosamente sobrevirá um melhor controle no serviço administrativo, consistente de um processo cadastral que permitirá informações exatas e imediatas de qualquer coisa e de qualquer ponto da cidade, dentro da própria Secretaria da Prefeitura.

4 - No item seguinte, propõe a Sociedade a executar a reforma da legislação que orienta a execução das obras, dentro das condições atuais, dando-se à Administração um dispositivo que extingue a solução de continuidade tão prejudicial para o Município. Em outras palavras: O serviço que depender de muito tempo para a sua conclusão, iniciado por um Prefeito, não poderá ser interrompido ou suspenso pelo Prefeito seguinte, uma vez que o futuro código de obras determinará a previsão de verbas e se necessário o seu reforço, para a conclusão total da obra.

5 - No item "Contabilidade Geral," está compreendido todo o serviço técnico proposto pela Sociedade, prevista a sua conclusão dentro do prazo de 18 meses.

6 - No item "Custo da Obra", prevê o presente contrato um preço de Cr.\$3.000.000,00, sendo concedido um abatimento de Cr.\$400.000,00, conforme nota expedida pelo Representante da Sociedade, Sr. Américo Silva, ficando fixado o serviço em Cr.2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros). Quanto à forma de pagamento, prevê o presente projeto seja feito o mesmo em parcelas, à conta de excessos de arrecadação, conforme as disponibilidades do Município, de acordo com o respectivo item do contrato.

7 - Sobre os funcionários, serão estes contratados pela Sociedade, ocorrendo nomeações em casos omissos, isto é, fora dos previstos pela Sociedade e quando for comprovadamente necessário.

8 - "Único", um item que, na falta de cumprimento, em todo ou em parte do presente contrato, por parte da Sociedade, expõe a mesma à sujeição de multas legais estabelecidas pelo Executivo, além das sanções previstas no Código de Contabilidade Pública e Penal.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

construções, etc. et., extinguindo-se de uma vez por todas as Leis e Resoluções ordinárias e exparsas; considerando ainda ser o presente contrato, legitimamente proposto, bem como a forma de pagamento, seu preço razoável, etc. etc., sou de PARECER que deva o mesmo ser aprovado por esta Câmara.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ladário, em 4 de novembro de 1963.

*[Assinatura]*  
JOJO LISBOA DE MACEDO

Relator da Matéria

Membro das 3 Comissões Permanentes

*[Assinatura]*  
SILVERIO DE SOUZA E SA

Membro das Três Comissões





ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PARECER EM CONJUNTO, emitido pelas Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Ladário, sobre o Projeto de Lei que aprova contrato, para elaboração dos Códigos Tributário e de Obras do Município.-

Ref.- Ofício nº. 110/63, de 18/10/1963, da Prefeitura Municipal.-

1 - O contrato apresentado pela Sociedade Civil de Contabilidade Administrativa contém sete (7) itens, que são: a) REFORMA TRIBUTÁRIA; b) CÓDIGO DE OBRAS; c) CONTABILIDADE GERAL; d) CUSTO DO SERVIÇO; e) FORMA DE PAGAMENTO; f) FUNCIONÁRIOS; e g) ÚNICO.-

2 - Examinando o item "Reforma Tributária", verifiquei o compromisso que faz a Sociedade Administrativa em reformular a legislação fiscal e tributária, dando à arrecadação uma nova estrutura. Sobre os impostos de licença, propõe a uniformidade dos tributos, baseado no salário-mínimo vigente, alterando-se todo o processo de valor das licenças toda vez que ocorrer alteração no salário-mínimo. O mesmo critério será adotado na questão dos impostos, tanto territorial, predial; urbano e suburbano, mortuando-se o valor dos mesmos à proporção da qualidade do solo e do prédio.

Em outros termos: A reforma tributária tem como qualidade principal a valorização dos tributos e dos impostos, de acordo com o valor da coisa tributada, isto é, a previsão do valor real vigente de cada tipo, condições, classe, qualidade e localização dos terrenos, prédios, casas de negócio, etc.etc., estruturando com justiça a cobrança respectiva.

3 - Com a adoção da presente reforma, forçosamente sobrevirá um melhor controle no serviço administrativo, consistente de um processo cadastral que permitirá informações exatas e imediatas de qualquer coisa e de qualquer ponto da cidade, dentro da própria Secretaria da Prefeitura.

4 - No item seguinte, propõe a Sociedade a executar a reforma da legislação que orienta a execução das obras, dentro das condições atuais, dando-se à Administração um dispositivo que extingue a solução de continuidade tão prejudicial para o Município. Em outras palavras: O serviço que depender de muito tempo para a sua conclusão, iniciado por um Prefeito, não poderá ser interrompido ou suspenso pelo Prefeito seguinte, uma vez que o futuro código de obras determinará a previsão de verbas e se necessário o seu reforço, para a conclusão total da obra.

5 - No item "Contabilidade Geral," está compreendido todo o serviço técnico proposto pela Sociedade, prevista a sua conclusão dentro do prazo de 18 meses.

6 - No item "Custo da Obra", prevê o presente contrato um preço de Cr.\$3.000.000,00, sendo concedido um abatimento de Cr.\$400.000,00, conforme nota expedida pelo Representante da Sociedade, Sr. Américo Silva, ficando fixado o serviço em Cr.2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros). Quanto à forma de pagamento, prevê o presente projeto seja feito o mesmo em parcelas, à conta de excessos de arrecadação, conforme as disponibilidades do Município, de acordo com o respectivo item do contrato.

7 - Sobre os funcionários, serão estes contratados pela Sociedade, ocorrendo nomeações em casos omissos, isto é, fora dos previstos pela Sociedade e quando for comprovadamente necessário.

8 - "Único", um item que, na falta de cumprimento, em todo ou em parte do presente contrato, por parte da Sociedade, expõe a mesma à sujeição de multas legais estabelecidas pelo Executivo, além das sanções previstas pelos Códigos de Contabilidade Pública e Penal.





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

construções, etc.etc., extinguindo-se de uma vez por todas as Leis e Resoluções ordinárias e expansas; considerando ainda ser o presente contrato, legitimamente proposto, bem como a forma de pagamento, seu preço razoável, etc.etc., seu de PARECER que deva o mesmo ser aprovado por esta Câmara.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ladário, em 4 de novembro de 1963.-

*[Signature]*  
JOJO LISBOA DE MACEDO

Relator da Matéria  
Membro das 3 Comissões Permanentes

*[Signature]*  
SILVERIO DE SOUZA E SA

Membro das Três Comissões.-

*[Signature]*  
4/11/63





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Of. nº. 94/63

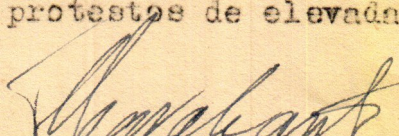
JLM/FCC

Ladário - Mt.,  
em 14 de novembro de 1963.-

Do: Presidente da Câmara  
Ao: Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Ladário  
Assunto: Remessa de Resolução para fins de contrato.-  
Anexo: Cópia da Resolução nº. 33, de 14/11/1963.-

1 - Encaminho a V.Exª. a cópia da Resolução nº. 33, votada hoje, em regime de urgência, por esta Câmara e que dispõe sobre contrato de um advogado, para defender a causa do Vereador José Jarbas Duarte, que se acha preso e incomunicável no Sexto - Distrito Naval.

Reitero a V.Exª. os protestos de elevada estima e distinta consideração.-

  
FELIX CHAVES CAVALCANTE  
Presidente da Câmara.